Educação responsável e integral como bem comum mundial

CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR*

GLEITON LIMA**

Resumo: O trabalho apresenta as diretrizes sobre educação divulgada pela UNESCO no documento *Repensar a Educação. Rumo a um bem comum mundial?,* correlacionando-as ao processo formativo pautado na responsabilidade integral. Considerando a necessidade de uma educação aberta à complexidade e à pluralidade das sociedades contemporâneas e que seja capaz de levar adiante a formação de uma cidadania pós nacional, é indispensável contar com estruturas pedagógicas que contemplem a formação do indivíduo em sua plena autonomia, a fim de que ele possa não apenas conviver sob o lastro do "nós", mas abarque, acima de tudo, uma convivialidade integradora do "todos nós". A educação, nesse sentido, não pode estar desenraizada dos Direitos Humanos, a saber, dos princípios morais que norteiam um aprendizado integral e responsável, capaz de oportunizar uma convivência não alienada na diversidade de valores éticos que ocupam o mesmo espaço social. Na esteira dos propósitos sobre Educação apresentados pela UNESCO, busca-se demonstrar que uma ação pedagógica baseada no respeito à diversidade cultural não se dá sem um autêntico processo de inclusão do "Eu" ao "Nós" e do "Nós" ao "Todos Nós". Processo este que denominamos de responsabilidade integral.

Palavras-chave: UNESCO; Direitos Humanos; Educação; Responsabilidade Integral; Moral; Ética.

Abstract: The paper presents the guidelines on education issued by UNESCO in the document "Rethinking Education. Toward a common good?", correlating them to the educational process based on full responsibility. Considering the need for an education open to complexity and plurality of contemporary society, which is able to carry forward the formation of a postnational citizenship, it is essential to have pedagogical structures that include the formation of the individual in their full autonomy, in order that he may not just live under the ballast from "us", but embraces, above all, a friendliness reseller of "us all". Education, in this sense, cannot be uprooted for Human Rights, to wit, the moral principles that guide an integral and responsible learning, able to promote a peaceful coexistence in the diversity of ethical values that occupy the same social space. In the wake of the purposes on education presented by UNESCO, it seeks to demonstrate that a pedagogical action based on respect for cultural diversity does not happen without a genuine process of inclusion of the "I" on "us" and "we" in "Us All". This process, we call, the full responsibility.

Key words: UNESCO; Human Rights; Education; Full Responsibility; Morals; Ethics.

---

* **CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR** é Doutor em Filosofia pela UNICAMP, professor do Departamento de Filosofia e dos Programas de Mestrado em Direito Negocial e Mestrado em Filosofia na Universidade Estadual de Londrina.

** **GLEITON LIMA** é professor, palestrante e consultor.

Introdução

O problema fundamental a ser discutido e analisado no decorrer do trabalho consiste em saber se, no tocante ao processo de formação educacional, é possível uma estrutura pedagógica que faça valer a inclusão do "eu" ao "nós" e do "nós" ao "todos nós". Este é, em boa média, o desafio da educação contemporânea apresentado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2016. O documento *Repensar a Educação. Rumo a um bem comum mundial?* apresenta uma série de desafios para a educação do século XXI.

Com base no referido documento, o presente trabalho busca destacar os pontos principais que desafiam os processos educacionais na formação de indivíduos aptos a conviverem em um ambiente plural, com distintas visões de mundo e de valores éticos. Para tanto, defendemos uma abordagem pedagógica holística que denominamos de responsabilidade integral.

Na primeira parte do trabalho será abordada a correlação entre o documento da UNESCO e a responsabilidade integral, ressaltando a necessidade de um processo formativo que contemple os pilares essenciais dos direitos fundamentais. Num segundo momento, destaca-se o vínculo entre educação e moral e, nesse ponto, registra-se a importância da psicologia do desenvolvimento de Kohlberg com o objetivo de demarcar que a educação focada no aprender a conviver implica o desenvolvimento pleno da consciência moral. E, por último, faz notar que a educação só se faz plena e eficaz se assegurar condições de sustentabilidade quanto à subsistência da vida no planeta e, igualmente, de um processo formativo que se estenda além da educação formal.

Com o objetivo de buscar respostas ao problema proposto nesta pesquisa, será utilizado como recurso metodológico a análise de textos que intercalam uma reflexão interdisciplinar. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa terá um caráter exploratório contando com recursos de levantamento bibliográfico, tendo como base de dados obras disponíveis na temática. Do ponto de vista do procedimento técnico, a pesquisa será bibliográfica e documental, contando com fontes primárias e secundárias.

1. Educação integral

A UNESCO publicou em 2016 o documento "*Repensar a Educação. Rumo a um bem comum mundial?"* Na condição de Observatório mundial de políticas públicas educacionais, a UNESCO afirma terminantemente que "a educação – em suas múltiplas funções – não é uma responsabilidade apenas do governo, mas de toda a sociedade" (UNESCO, 2016, p. 88). A educação, nesse ínterim, comporta uma apreciação mais ampla quanto à responsabilidade do processo formativo que, amiúde, encontra ressonância no conceito de responsabilidade integral.[1]

[1] A respeito do conceito de responsabilidade integral, conferir: BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José; CATARINO, Dílson; LIMA, Gleiton; NUNES, Liliane. *Responsabilidade Integral. Metodologia estratégica para o desenvolvimento pessoal, corporativo e educacional.* Londrina/PR: Editora Midiograf, 2017, p. 16. Nesta obra, os autores buscam esboçar a base teórico-conceitual da responsabilidade integral. Compreendem que a "responsabilidade integral configura-se em uma metodologia apta à elaboração do planejamento estratégico dos recursos humanos mais essenciais ao ser humano: sua capacidade racional e emocional, em consonância com a leitura do contexto social no qual este interage e projeta – por meio de ações, atitudes e comportamentos a construção da sociabilidade. A correlação entre

O documento afirma que "precisamos de uma abordagem holística à educação e à aprendizagem" (UNESCO, 2016, p. 43). Reitera ainda que "devemos reconhecer a necessidade de abordagens holísticas que perfilhem a estreita interdependência do bem-estar físico e intelectual, bem como as interações emocionais e cognitivas, analíticas e criativas do cérebro" (UNESCO, 2016, p.31). Em boa medida, a UNESCO ressalta a importância da diversidade de valores que compõem a multiface da identidade humana e entende que as rápidas transformações das últimas décadas, capitaneadas pelo avanço das novas tecnologias, produziram um hiato – quando não, um vazio – epistemológico, traduzido em crises existenciais e morais praticamente de toda ordem. É necessário reconhecer a existência e a importância das crises para as grandes transformações da humanidade; jamais negar ou hipervalorizar! Refletir a partir do 'olho do furacão', da angústia labiríntica, que produz o estado de incertezas e inseguranças sobre o futuro individual ou de toda a humanidade, para poder atuar de forma positiva na proposição de alternativas e soluções. Imprescindível se faz reconhecer que as crises refletem "com especial intensidade sobre a educação escolar que se propõe a conduzir crianças, jovens e adultos sem saber para onde os está levando" (SGRÓ, 2007, p. 16). A educação é base para a construção de novas referências capazes de resgatar princípios inerentes à humanidade. Restituir o verdadeiro papel da educação na proposição de novos projetos políticos, sociais e econômicos que potencializem a constituição do homem novo, ciente de sua responsabilidade integral na busca de uma vida plena e realizada, é desafio que se impõe com intensidade no presente.

A visão holística promovida pela UNESCO exige o repensar do modelo educacional fora do quadrante cientificista da Modernidade e além do tecnicismo formal que restringe a educação à meramente "aprender a fazer". Impõe construir condições para que o educando tenha a possibilidade de produzir, a partir do acesso à Educação e ao conhecimento, reflexões capazes de nortear suas ações de potencialidade emancipatória, de tal forma que o aprendizado tenha o caráter de transformação individual e social com o direcionamento para a realização do ideal democrático, capaz de ensejar ao indivíduo a possibilidade de participar ativamente da esfera da cidadania, assentada na soberania popular e no integral respeito aos direitos humanos (BANNWART JÚNIOR, et al. 2017, p. 55).

O irromper da Modernidade concomitante ao nascimento da burguesia, do renascimento comercial e urbano, da expansão marítima, da reforma religiosa etc. impôs novas dimensões ao homem, que não mais prisioneiro de sua vila ou ducado pôde, então, imaginar-se cidadão dos mares e conquistador de um mundo novo. Assoberbado e assombrado com a dimensão do mundo outrora finito e sob regência aparentemente consolidada, o homem com capacidade de reflexão mergulha na formulação de um novo método, baseado na observação e no empirismo para redefinir suas relações com a natureza e com a humanidade. "Em boa medida, a convicção grega do pensamento integral foi solapada pelo paradigma epistemológico cartesiano,

indivíduo e sociedade e a compreensão coesa de ambos permitem projetar um conceito de responsabilidade integral, capaz de abarcar a integralidade e, ao mesmo tempo, a intersubjetividade das relações humanas".

levada adiante pela ciência moderna, segundo o qual a explicação e compreensão dos fenômenos só seria possível pela máxima divisão das coisas em unidades simples. Passou-se a olhar com lupa a especificidade da particularidade com o ímpeto de descrever o particular detalhadamente, mas sem a devida atenção ao contexto mais amplo e global, da qual a parte se integra e participa. Na ótica cartesiana, que tudo fragmenta, o todo é a mera soma de suas partes. Na visão holística, que contempla a integralidade, o todo é anterior às partes" (BANNWART JÚNIOR, et al. 2017, p. 20-21).

A defesa de uma pedagogia da Responsabilidade Integral prima pela valorização de um olhar incondicional da pessoa humana, compreendendo-a inserida no todo que a antecede e, ao mesmo tempo, disponibilizando de condições para que ela compreenda o papel que ocupa, enquanto parte, no tecido mais amplo e integral do processo social. A pedagogia da Responsabilidade Integral visa assegurar um processo formativo equilibrado entre indivíduo e sociedade, fazendo valer tanto a formação autônoma da pessoa, quanto a tematização crítica em relação às mudanças que afetam as estruturas sociais e o próprio indivíduo.

A pedagogia da Responsabilidade Integral, nesse sentido, não adere às teorias que compreendem a educação como resultado da imposição de valores sociais sobre o indivíduo (estrutura convencional). Na esteira do estruturalismo genético de Jean Piaget e Kohlberg e alinhado à filosofia transcendental kantiana, a pedagogia a responsabilidade integral valoriza a autonomia individual como condição indispensável da formação e do desenvolvimento cognitivo, pessoal e interacional. "A consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta; uma é a luz interior da outra, uma comprometida com a outra" (FREIRE, 2005, p. 15). Significa dizer que o desenvolvimento individual não acontece desvinculado do desenvolvimento cultural, social, ambiental, enfim, da estrutura holística à qual o indivíduo pertence. Inseparavelmente o educando constrói a si enquanto molda a proposta de mudança humanizada de mundo. Na construção da prática de consciência de si e do mundo, a cada novo nível cognitivo pessoal e interacional, o indivíduo absorve a compreensão de que maior é sua responsabilidade com o outro e com a natureza. Assim, a pedagogia da Responsabilidade Integral apresenta-se como uma estrutura pedagógica capaz de promover a autonomia individual por meio do conhecimento, em um processo contínuo de aprendizado ao longo da vida, a saber, um aprendizado permanente e sustentável além do ensino formal, capaz de fornecer as condições do fazer, do ser e do conviver.

O documento da UNESCO afirma que "uma educação que empodera é aquela que constrói os recursos humanos de que precisamos para sermos produtivos, para continuar a aprender, para solucionar problemas, para sermos criativos e também para vivermos juntos e com a natureza em paz e harmonia" (UNESCO, 2016, p. 36). Absolutamente impossível sem a disponibilidade para a construção do diálogo; diálogo que não deve ser entendido como um produto histórico, mas sim como "a própria historicização, como movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude" (FREIRE, 2005, p. 16).

Aprender a aprender sintetiza o núcleo da pedagogia da responsabilidade integral – o que denota a sua conformidade ao texto da UNESCO – estruturada em uma metodologia aberta à elaboração do planejamento estratégico dos recursos humanos em consonância à construção de uma existência digna e de uma sociabilidade fundada nos direitos humanos. A educação, nesse sentido, deixa de ser valorada como simples "depósito de conhecimento armazenado" para se transformar em ingrediente crítico e reflexivo de si e do mundo. Nas palavras de Rui Barbosa, "o saber não está na ciência alheia que se absorve, mas, principalmente, nas ideais próprias que se geram dos conhecimentos absorvidos mediante a transmutação por que passam no espírito que os assimila. Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas" (BARBOSA, 2016, p. 43-44).

É este modelo de saber que a UNESCO, no documento supracitado, valoriza e estimula. Refere-se ao conhecimento "que não é meramente transmitido, mas explorado, pesquisado, experimentado e criado de acordo com as necessidades humanas. [...] É um conhecimento por meio do qual se cultiva o que talvez seja a habilidade mais importante de todas: a capacidade de acessar informações e processá-las criticamente" (UNESCO, 2016, p. 45)

O relatório Delors[2], exposto pela UNESCO em 1996, edificou quatro pilares da educação, a saber: 1) Aprender a conhecer (conhecimento do mundo); 2) Aprender a fazer (conhecimento técnico); 3) Aprender a ser (conhecimento de si; formação da personalidade); 4) Aprender a viver juntos (Conhecimento relacional). A preservação dos quatro pilares da educação contempla um processo educacional responsável e integral que impede a valorização de certos conhecimentos em detrimento de outros. É preciso uma leitura de integralidade capaz de enxergar o ser humano nas suas diversas dimensões.

Os dois últimos pilares (Aprender a ser e Aprender a viver juntos) compreendem o conteúdo da matriz metodológica da Responsabilidade Integral Educacional, no quesito moral e sustentabilidade. Abordaremos, na sequência, estes dois pressupostos fundamentais que reputamos indispensáveis à integralidade da educação.

[2] O documento *Repensar a Educação. Rumos a um bem comum mundial?*, da UNESCO, reafirma os quatro pilares da educação apresentados no relatório Delors, em 1996. Em boa medida concordamos com o documento ao destacar os quatro pilares da educação como condição de um processo de aprendizagem que comporta a concepção de uma pedagogia responsável e integral. Os quatro pilares são os seguintes: *Aprender a conhecer*: um amplo conhecimento geral, com a oportunidade de aprofundar um determinado número de matérias; *Aprender a fazer*: adquirir não apenas habilidades profissionais, mas também a competência para lidar com muitas situações e trabalhar em equipes; *Aprender a ser*: desenvolver a própria personalidade e ser capaz de agir com maior grau de autonomia, julgamento e responsabilidade pessoal; *Aprender a viver juntos*: desenvolver uma compreensão do outro e uma apreciação da interdependência. Compreendemos os quatro pilares, respectivamente, como conhecimento de mundo; conhecimento técnico, conhecimento de si (formação da personalidade) e conhecimento relacional (ético e sustentável). Ver: UNESCO. *Repensar a Educação. Rumo a um bem comum mundial?*. Tradução de Rita Brossard. Brasília/DF: UNESCO Brasil, 2016.

2. Educação e moral

A ética, conforme foi alicerçada no edifício da filosofia grega e cristã, é um conceito que abarca valores, costumes e tradições e molda a visão de mundo, além do modo de ser e de comportar-se – individualmente e coletivamente – de uma determinada sociedade. Cada comunidade terá uma compreensão própria dos valores que formatam sua noção de bem comum e bem viver.

Como há de notar, a ética compreende o conjunto de valores, costumes e tradições que o indivíduo herda devido ao pertencimento à determinada comunidade, cultura ou religião. Tais valores fortalecem o vínculo comunitário e identitário, além de cooperar na formação do caráter, desiderato indispensável à produção de ações e de atitudes compatíveis com a expectativa do comportamento coletivo. A ética, nesse sentido, está associada à assimilação de valores comumente partilhados por grupos e, por esse motivo, preza por uma convivência social não alienada. A estrutura pedagógica que orienta um modelo ético de educação perpassa, como denota do trabalho de Kohlberg, o nível convencional do desenvolvimento moral, significando para o indivíduo, em boa medida, a acomodação à estrutura convencional dos valores comumente partilhados. O horizonte da justiça está limitado e circunscrito aos valores praticados e a tematização acerca dos fundamentos da justiça é encontrada, desde já, na facticidade dos valores sociais. O filósofo alemão Jürgen Habermas afirma haver no modelo das sociedades convencionais uma fusão entre facticidade e validade. Para os integrantes de uma sociedade convencional, seus valores e tradições expressam a justiça, havendo uma identificação entre ética e justiça; entre a facticidade dos valores e a legitimidade dos mesmos.

O nível convencional é também chamado de etnocêntrico, "uma vez que está centrado no grupo, tribo, clã ou nação em que a criança está inserida e tende, portanto, a excluir os que não pertencem a esse grupo" (WILBER, 2012, p. 33). Alcançar o nível convencional é resultado de amadurecimento da consciência moral, pois há um nível anterior, o pré-convencional, que antecede o etnocêntrico.

Apoiado nos níveis de desenvolvimento da consciência moral de Kohlberg é possível demonstrar que a criança, na infância, vivenciou paisagens destituídas de valores éticos ou convenções sociais, um período, por assim dizer, egocêntrico, alicerçado no "Eu". Kohlberg denomina este contexto interacional de nível pré-convencional. Ao assimilar as regras e as normas da cultura e da sociedade a qual pertencem, homens e mulheres abandonam o egocentrismo e passam para o nível etnocêntrico, ou seja, passam a construir a noção de justo e de correto a partir do horizonte de valores, costumes e tradições partilhados comumente. O aspecto do coletivo sobrepõe ao indivíduo. O "nós" passa a ter mais força que o "Eu".

A educação eficaz é aquela que ajuda o indivíduo a ir além do contexto no qual formatou a sua identidade. Trata-se de alçar o nível pós-convencional, também chamado de mundicêntrico, em que o indivíduo passa a enxergar todas as pessoas, todos os territórios, "todos nós", independente de raça, cor, sexo, credo e valores culturais

O desafio nos dias atuais decorre da formação de indivíduos aptos a vivenciarem a realidade complexa de

sociedades pós-convencionais. Como bem destaca o documento da UNESCO, o desafio está em mover ações em uma cidadania pós-nacional, em que os indivíduos tenham a capacidade de reconhecer a alteridade e a diversidade com base no respeito aos direitos fundamentais. A formação moral perpassa necessariamente procedimentos educacionais que ampliam a capacidade cognitiva e normativa do indivíduo, dando a ele condições de testemunhar ações integralmente responsáveis em um cenário de normatividade pós-convencional. É isso que a UNESCO chama de educação humanista. Uma educação que promova o desenvolvimento do ser humano "com base em princípios de respeito pela vida e dignidade humanas, igualdade de direitos e justiça social, respeito pela diversidade cultural, solidariedade internacional e responsabilidade compartilhada, todos aspectos fundamentais de nossa humanidade comum" (UNESCO, 2016, p. 18).

Considerando os processos evolutivos desencadeados a partir dos níveis pré-convencional, convencional e pós-convencional, é possível identificar a capacidade de aprendizagem, sobretudo, de dois modos. No primeiro modo, referente ao nível convencional, a capacidade de aprendizagem, em se tratando da dimensão normativa, refere-se às condições de internalização de valores e de disposição motivacional quanto a regras previamente estabelecidas. No segundo modo, referente ao nível pós-convencional, a capacidade de aprendizagem amplia seu escopo de internalização e motivação para a possibilidade de tematizar, discursivamente, a validade das normas até então aceitas sem problematização. Nesse aspecto, a aprendizagem é condizente com a aquisição da competência comunicativa, a qual faculta aos membros de determinada comunidade avaliar a legitimidade das normas com base em princípios universais orientados discursivamente. O nível pós-convencional pressupõe, do ponto de vista da capacidade de aprendizagem, o domínio do agir comunicativo, que possibilita a relação entre falante e ouvinte, disponibilizando a coordenação de suas ações e, também, a tematização das pretensões de validade em relação aos mundos objetivo, social e subjetivo.

O filósofo norte-americano Ken Wilber afirma que 'numa hierarquia de crescimento, os níveis mais elevados não oprimem os menos elevados, mas os abarcam! Eles literalmente os incluem, os abrangem. Cada nível de uma hierarquia de crescimento está disposto num arco superior, porque representa um aumento da capacidade de consideração pelos outros, da consciência, da cognição, da moral. Crescimento é um desenvolvimento que é inclusão" (WILBER, 2012, p. 116). Desenvolvimento é envolvimento do eu para consigo mesmo e para com o outro.

O documento da UNESCO, ao estabelecer parâmetros de uma educação pós-convencional, tece importante diagnóstico: "Dada a diversidade das interpretações culturais sobre o que constitui um bem comum, as políticas públicas precisam reconhecer e favorecer essa diversidade de contextos, visões de mundo e sistemas de conhecimento e, ao mesmo tempo, respeitar direitos fundamentais, para que não enfraqueça o bem-estar humano" (UNESCO, 2016, p. 85). É nesse sentido que a Educação pautada na pedagogia da responsabilidade integral se vale de um processo de formação que visa a inclusão do Eu ao Nós e do Nós ao Todos Nós. Educação e Moral se complementam

como processo formativo integral do ser humano.

3. Educação e sustentabilidade

A Sustentabilidade precisa ser analisada dentro de um cenário de múltiplas possibilidades, com a predominância de ações contínuas, a partir de cada ciclo.

Imaginemos uma floresta tropical, com toda exuberância de solo, água e luz, sem esquecer da diversidade de fauna. Árvores centenárias convivem com pequenas vegetações de arbustos e plantas que, ao desafiarem desde o seu florescimento, acabam por impor-lhe dupla ação vertical: capilaridade no enraizamento, na busca por água e sustentação ao seu crescimento, e da busca pelo sol, para suprir às necessidades de suas folhas. Inexistem dois ambientes iguais; cada exemplar tem suas particularidades em resposta às demandas. A retirada de uma parte do todo poderá comprometer a fragilidade característica da exuberante floresta. O mesmo deve valer para a sociedade: "É preciso salientar a diversidade das realidades vividas e, ao mesmo tempo, reafirmar um núcleo comum de valores universais" (UNESCO, 2016, p. 33). Respeitar a individualidade e cobrar o respeito de todos em suas relações com o(s) outro(s), a partir da integração entre indivíduo e sociedade, sem diminuir ou superestimar um dos lados, compreende que só existirá o respeito aos princípios morais quando os valores éticos transcenderem ao direito à identidade, de tal forma que prevaleça a vitalidade comunitária, capaz de promover a resiliência ecológica em práticas respeitosas. Ciente de que "a diversidade cultural constitui a maior fonte de criatividade e riqueza da humanidade" (UNESCO, 2016, p. 33).

A implantação da Responsabilidade Integral, pautada na Ética que alicerça o *compliance*, resulta em um caminho promissor. Ciente que de vivenciamos nova época histórica, em que "a Modernidade se estrutura sobre a base de novos problemas, uma *vivência diferente do tempo e a consciência de um sujeito* que está chamado a construir sua história, mas que, por essa causa, se vê obrigado a redefinir os velhos problemas sob nova perspectiva, isto é, compreendendo-os no contexto de um processo histórico progressivo, que assume na Modernidade um caráter novo. A Modernidade se auto atribui a tarefa de dar sentido e de unificar, retrospectivamente, toda a história da humanidade com vista posta no futuro". Desafio hercúleo que não deve ser assumido unilateralmente pelo indivíduo ou por parcela da sociedade (SGRÓ, 2007, p. 35).

Importante ressaltar que o documento da UNESCO prioriza a importância do desenvolvimento sustentável em oposição ao crescimento econômico, onde "padrões insustentáveis de produção e consumo apontam para contradições fundamentais em um modelo dominante de desenvolvimento centrado no crescimento econômico" (UNESCO, 2016, p. 25). Para tal é necessário focar nas potencialidades capazes de minimizarem as tensões e problemas comuns à humanidade, especialmente nos modelos econômicos predatórios pautados na valorização insustentável dos padrões de consumo. Modelo que carrega fatores de destruição do meio-ambiente, corrobora para o aquecimento global e crescimento dos desastres naturais. É preciso entender que modelos pautados a partir do "*crescimento econômico* tem potencialidade de ampliar a renda real e o padrão de vida da população. *Repito*: tem potencialidade. A questão é que, em regra, predomina a concentração de renda, sem melhoria das condições de

vida da maioria. Por sua vez o *desenvolvimento econômico* é fortemente identificado com a inclusão da maioria da população, que vivencia uma melhoria na qualidade de vida, com acesso às bens produzidos, entre eles Educação e Cultura." (BANNWART JÚNIOR, et al. 2017, p. 111-2).

É um modelo de desenvolvimento distante que ocorre sem mudanças estruturais em Educação. Basta visualizar a prosperidade construída nas sociedades que, a partir de mudanças pontuais e investimentos planejados, construíram modelos de distribuição da renda e inclusão social pautado em modelo de justiça social. São nações "com menores desigualdades, menos consumismo, mais reciclagem e mais ajuda externa a países pobres" (VEIGA, 2013, p. 31). E, no sentido contrário – e contraditório –, as nações mais vulneráreis, que concentram renda e pouco ou mal investem em Educação, apresentam maior perda ecológica, produzem mais lixo, tem maiores consumos de água, apresentam crescimento demográfico e envelhecimento populacional etc. Segundo o documento supracitado *Repensar a Educação Rumo a um bem comum?* "na última parte do século XX (1960-2000), o consumo de água duplicou, a produção e o consumo de alimentos aumentaram 2,5 vezes e o consumo de madeira triplicou. [...] Estima-se que, até 2030, a demanda por alimentos terá um aumento de pelo menos 35%, a demanda por água 40% e a demanda por energia 50%" (UNESCO, 2016, p. 25). O saldo foi o de que "a humanidade passou a consumir, em um ano (2008), aquilo que a biosfera precisa de um ano e meio para regenerar" (VEIGA, 2013, p. 87).

Ao partir da tese de que há uma evolução contínua da entropia até a constituição dos mecanismos de reflexão, capazes de produzirem resiliência com poder de mitigar a mesma, o papel da educação ganha primeiro plano. Para tal faz-se necessário garantir e ampliar o acesso à educação, de tal forma que a totalidade da população tenha condições de fazer a livre escolha pelos caminhos educacionais que melhor lhe aprouver. Cientes de que apenas o acesso não será suficiente para garantir construção de um padrão social pautado prosperidade humana e justiça social, nem garantirá a transmissão dos conhecimentos entre as gerações de forma a consolidar a real democracia. Precisamos de um novo enfoque na qualidade da educação e na relevância da aprendizagem, por meio do qual crianças, jovens e adultos realmente aprendam o fazer, a partir da construção de suas potencialidades e personalidades, dentro dos valores de responsabilidade integral, sem ferir outro ser vivo, em total consonância do indivíduo com a sociedade (UNESCO, 2016, p. 16). Sempre com o credo de que as novas gerações, educadas a partir do desafio de sobreviverem em meio às transformações constantes da natureza e da sociedade, apresentem respostas de resiliência superior a entropia, de forma a garantir os valores de cultura, vitalidade comunitária e padrão de vida com base na boa governança, que tenha na Educação, entendida como um patrimônio público, que pertence a todos, defesa de igual quilate. Conscientes de que "a Educação é uma arte, cuja prática precisa ser aperfeiçoada por várias gerações" (SGRÓ, 2007, p. 60), que ao se apropriar dos saberes maturados pelos antecedentes, está sempre melhor aparelhada para cumprir o dever de superar a geração anterior e apresentar os caminhos à busca da melhoria da sociedade. Entende-se que educação na condição de 'patrimônio público' constitui um bem comum,

independentemente de sua origem pública ou privada, "que todos desfrutamos em comum, no sentido que o consumo desse bem por cada indivíduo não leva a nenhuma diminuição do consumo daquele bem por qualquer outro indivíduo." Com potencialidade para "a concretização dos direitos fundamentais de todas as pessoas e pelas quais os seres humanos alcançam seu bem-estar". (UNESCO, 2016, p. 84)

Para o triunfo do projeto em Educação, de base realmente inclusiva, precisa-se mudar o foco de atenção, descentralizando as deliberações e, principalmente, as ações. Precisa-se dar vozes aos agentes diretamente envolvidos em cada comunidade, fortalecendo as potencialidades comunitárias, ouvindo as vozes da cultura construída ao logo de décadas, séculos de respostas às necessidades de vida e felicidade. "Devemos levar em consideração não apenas o modo como o conhecimento é adquirido e validado, mas também o modo como o acesso a ele é, muitas vezes, controlado e, portanto, como esse acesso pode ser disponibilizado de forma mais comum" estudado, debatido e construído coletivamente (UNESCO, 2016, p. 86).

Acesso desejado e possível quando assumirmos a plenitude das potencialidades humanas, pela via da pedagogia da Responsabilidade Integral. Quando ampliarmos a colaboração responsável e coletiva, a partir das bases regionais, que empreendam esforços de construção dos valores e mecanismos de *governança policêntrica.* Cenário em que os bens coletivos e problemas comuns deixem de ser de ninguém, para serem de todos; com cada comunidade representada por seus diferentes atores sociais tenha a oportunidade e o desejo de debaterem suas diferenças e diferentes propostas, com base nos valores construídos a partir das práxis e de seus referenciais sociais, econômicos e ecossistêmicos. Sempre com foco na velha máxima de 'que só poderá ser cidadão do mundo quem conheça sua rua e vila'. Para a efetivação desse modelo de *metodologia invertida* "precisamos reconhecer a lacuna entre educação formal e emprego e tentar oferecer respostas a essa situação. Em segundo, devemos enfrentar o desafio de reconhecer e validar a aprendizagem em um mundo de crescente mobilidade, entre fronteiras, ocupações profissionais e espaços de aprendizagem. Em terceiro, precisamos repensar a educação para a cidadania, em busca de um equilíbrio entre o respeito pela pluralidade, valores universais e a preocupação com a humanidade comum" (UNESCO, 2016, p. 90). Obviamente que para tal o nível de participação política deve crescer na razão direta do acesso à Educação alicerçada na responsabilidade integral, pautada em princípios morais e críticos, com foco na inovação colaborativa.

Acreditando sempre que ao garantir o princípio da liberdade, com responsabilidade, o indivíduo desenvolverá naturalmente a cultura de pensar sua existência a partir do respeito para com o outro e para com todos os demais seres vivos. Empoderado a partir de sua cultura e comunidade poderá desenvolver ações inovadoras de saúde coletiva, cultura participativa e educação inclusiva capaz de ampliar as possibilidades de resiliência ecológica. Ideações, em regras, de baixo e médio custo em análise comparativa ao impacto socioambiental e ao seu potencial benefício ao ecossistema. Com a descentralização dos modos de resolução dos problemas há a tendência do crescimento da responsabilidade cidadã e formação de novas bases de governança horizontalizada, que empodera concomitantemente a cultura

local, a vitalidade comunitária e a resiliência ecológica, com forte apelo a melhoria do padrão de vida.

Dessa maneira a proposta política de *governança descentralizada* inverte a tradicional verticalização de poder, com as bases regionais construindo modelos ecossustentáveis alicerçados na participação e no compromisso do indivíduo com os demais membros da comunidade e com a mobilização popular, que muitas vezes precisará fazer pressão política junto aos representantes do poder centralizado, em favor de deliberações que venham somar aos esforços locais. Construindo, de forma colaborativa com os poderes constituídos, políticas públicas capazes de transcenderem o processo de "repensar a educação para a cidadania[3] em um mundo cada vez mais globalizado, buscando o equilíbrio entre o respeito pela pluralidade, os valores universais e a preocupação com nossa humanidade comum" (UNESCO, 2016, p. 22). Para coroar o empoderamento, verdadeira cereja do bolo, tem-se a possibilidade de recuperar os valores essenciais à política, dentre os quais a confiança e legitimidade.

Conclusão

A educação é um patrimônio comum da humanidade, riqueza que não pode e não deve ser apropriada de forma privatista. É um bem comum a ser partilhado por todos, visto que a consequência de uma educação inclusiva é igualmente percebida, positivamente, por todos. Nesse sentido, a educação é muito mais que formação voltada ao mercado de trabalho; é a formação da integralidade do ser humano. É instrução do seu saber fazer e, sobretudo, da sua capacidade de saber conviver. E não há convivência fora das raias dos valores éticos e dos princípios morais. Ainda que a diversidade e a pluralidade incidam como marcas de nossa época, não há como desconsiderar o conjunto de princípios universais que interpelam a possibilidade de uma convivência sadia e pacífica.

A responsabilidade integral, como estrutura pedagógica, visa a servir de condição para uma formação plena do ser humano, mediando as diferenças e as tensões próprias de uma sociedade complexa e, ao mesmo tempo, firmando parâmetros principiológicos que revisitam a tolerância, o respeito à alteridade e os pilares da democracia. A responsabilidade integral associa-se aos pressupostos educacionais apresentados pela UNESCO e, de forma bastante humilde, se põe a colaborar no processo formativo do crescimento cognitivo e interacional para que os objetivos da educação sejam plenamente atingidos. Como bem destaca o documento da UNESCO, "o desafio consiste em como assegurar direitos humanos universais por meio do Estado de direito e de normas sociais, culturais e éticas" (UNESCO, 2016, p. 29). No livro "Responsabilidade Integral" buscamos traçar os fundamentos metodológicos e pedagógicos, com base na psicologia de Kohlberg, visando responder aos desafios que impactam a educação do século XXI, destacando, sobretudo, a educação sob a chancela da moral e da sustentabilidade.

[3] O conceito tradicional de cidadania, pautado no pertencimento do indivíduo à uma comunidade (Estado/Nação), passa por revisão no mundo sem fronteiras da Globalização. Principalmente por ferir os direitos dos migrantes, refugiados e apátridas. A cidadania hoje, um tema transversal, deve ser encarada de forma transnacional e pós-nacional, na busca por legitimar os novos agentes sociais e os desafios à vida comum, fora dos limites político-geográficos.

Referências

BANNWART JÚNIOR, Clodomiro José; CATARINO, Dílson; LIMA, Gleiton; NUNES, Liliane. *Responsabilidade Integral. Metodologia estratégica para o desenvolvimento pessoal, corporativo e educacional.* Londrina/PR: Midiograf, 2017.

BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços.* São Paulo: Editora HB, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 44ª edição.

MILL, John Stuart. *Sobre a Liberdade.* Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre/RS: L&PM, 2016.

SGRÓ, Margarita. *Educação pós-filosofia da história: racionalidade e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. *Repensar a Educação. Rumo a um bem comum mundial?.* Tradução de Rita Brossard. Brasília/DF: UNESCO Brasil, 2016.

VEIGA, José Eli da. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34, 2013.

WILBER, Ken. *A Visão Integral*. Tradução de Carmen Fischer. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

Recebido em 2017-07-07
Publicado em 2018-01-01